MARIA DE NAZARÉ MAUÉS HANNA - CPF Nº: 197.763.142-87.
 OBJETO: Reconhecimento de dívida vencida no valor de R\$60.000,00 (Sessenta mil reais) correspondentes ao pagamento dos serviços de locação do imóvel, referente aos meses de outubro, novembro e dezembro/2015, conforme Contrato nº 098/209 e seus termos aditivos.
 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
 Unidade Orçamentária: 180101 - Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos
 Programa Atividade: 18101.14.122.1297.8338
 Natureza de Despesa: 339092
 Fonte de recursos: 0101
 FUNDAMENTO: Art. 422 do Código Civil e Arts. 37, 63 - Parágrafo 1º - Incisos I, II e III e Parágrafo 2º - Inciso III e Arts. 64 e 65 da Lei Federal nº 4.320/64 e Art. 54, Parágrafo único do Art. 59 e Art. 66 da Lei nº 8.666/93.
 Data de assinatura: 16 de março de 2016
 Ordenador de Despesa: Michell Mendes Durans da Silva

Protocolo 940254**EXTRATO DE TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 2015/92180
 PARTES: **SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS - SEJUDH** - CNPJ: 05.054.895/0001-60 e a empresa **ESE SEGURANÇA PRIVADA LTDA** - CNPJ Nº: 05.742.568/0001-00.

OBJETO: Reconhecimento de dívida vencida no valor de R\$28.000,26 (Vinte e oito mil reais e vinte e seis centavos) correspondentes aos meses de janeiro a junho de 2015, pela efetiva prestação de serviço de vigilância e segurança patrimonial armada em bens móveis e imóveis da SEJUDH, com postos de 12 e 24h, termos do Contrato nº 024/2013.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

PTRES 188338

Plano Interno: 4200008338C

Programa Atividade: 18101.14.122.1297.8338

Natureza de Despesa: 339092

Fonte: 0101

FUNDAMENTO: Art. 422 do Código Civil e Art. 63 - Parágrafo 1º - Incisos I, II e III e Parágrafo 2º - Inciso III e Art. 37, 64 e 65 da Lei Federal nº 4.320/64 e Parágrafo único do Art. 54, Arts. 59 e 66 da Lei nº 8.666/93.

Data de assinatura: 16 de março de 2016

Ordenador de Despesa: Michell Mendes Durans da Silva

Protocolo 940256

SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA**Portaria nº 128/2016-CGP/SUSIPE**

Belém, 07 de março de 2016.

GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS, Corregedor Geral Penitenciário, no uso de suas atribuições legais e **CONSIDERANDO**: O disposto pela Portaria nº 283/2013-GAB/SUSIPE e a Lei Estadual nº 5.810/94-RJU.

CONSIDERANDO: Os autos d Processo Administrativo Disciplinar nº. 3645/2015-CGP/SUSIPE, que apurou a responsabilidade administrativa e funcional do servidor **MAXWELL CAVALCANTE DOS SANTOS GERALDO** acerca de suposto abandono de cargo público.

CONSIDERANDO: Que a Comissão Processante, após análise criteriosa e imparcial dos autos, pugnou pela absolvição do servidor e, conseqüentemente, o arquivamento dos autos em razão da ausência do *animus abandonandi*.

CONSIDERANDO: Que para a materialização do abandono de cargo urge imprescindível o preenchimento dos requisitos do prazo mínimo, a continuidade e a intencionalidade, estando este último ausente no caso em epígrafe, conforme fundamentação da decisão exarada nos autos.

RESOLVE: **I** - Acatar o Relatório da Comissão Processante, **absolvendo o servidor MAXWELL CAVALCANTE DOS SANTOS GERALDO**, e, conseqüentemente, determinar o arquivamento do presente Processo Administrativo Disciplinar, com fulcro no artigo 224, caput, c/c art. 201, inciso I, ambos da Lei nº 5.810/1994-RJU;

II - Remeter cópia do Relatório Conclusivo, da Decisão deste signatário e da presente Portaria à Diretoria de Gestão de Pessoas desta Autarquia, para fins de registro nos assentamentos funcionais do servidor citado e processamento de seu pedido de exoneração a partir de 16/09/2013, conforme seu requerimento de fls. 122 dos autos.

Dê-se Ciência, Publique-se e Cumpra-se.

GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS

Corregedor-Geral Penitenciário do Estado

Protocolo 940193**Portaria nº 135/2016 - CGP/SUSIPE**

Belém, 10

de março de 2016.

GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS, Corregedor-Geral Penitenciário do Estado, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei nº 5.810/1994 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará (RJU). **CONSIDERANDO** o disposto na Portaria nº 420/2014 - CGP/SUSIPE, datada de 28 de julho de 2014, que disciplinar a tramitação prioritária e urgente de procedimentos investigativos e disciplinares relativos a atos de violência ou tortura supostamente praticados por servidor públicos contra presos.

RESOLVE:

I - Determinar a instauração de **Sindicância Administrativa Investigativa**, objetivando apurar os fatos narrados no Ofício nº 003/2016, datado de 07 de março de 2016, oriundo do Ministério Público do Estado do Pará, referente à suposta agressão física ao preso **PAULO HENRIQUE PEREIRA DE ALMEIDA**, quando custodiado no Centro de Recuperação do Coqueiro - CRC.

II - Designar IDEMAR CORDEIRO PERACCHI, Procurador Autárquico, para conduzir a investigação.

III - Determinar à autoridade sindicante que apresente relatório conclusivo ao final da investigação.

IV - Classificar o presente processo como de **tramitação prioritária**, nos termos da Portaria nº 420/2014 - CGP/SUSIPE.

Dê-se ciência, Publique-se e Cumpra-se.

GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS

Corregedor-Geral Penitenciário do Estado

Protocolo 940199**Portaria nº 136/2016 - CGP/SUSIPE**

Belém, 14

de março de 2016.

GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS, Corregedor-Geral Penitenciário do Estado, no uso de suas atribuições legais e **CONSIDERANDO** o disposto no art. 12 do Decreto Estadual nº 2.199/2010 - Regimento Interno da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará;

CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei nº 5.810/1994 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará (RJU).

RESOLVE:

I - Determinar a instauração de **Sindicância Administrativa Investigativa**, objetivando apurar a liberação indevida do preso **LUIS DA SILVA CARVALHO**, ocorrida no dia 08/03/2016 na Central de Triagem Masculina de Marabá - CTMM.

II - Designar IDEMAR CORDEIRO PERACCHI, Procurador Autárquico, para conduzir a investigação.

III - Determinar à autoridade sindicante que apresente relatório conclusivo ao final da investigação.

Dê-se ciência, Publique-se e Cumpra-se.

GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS

Corregedor-Geral Penitenciário do Estado

Protocolo 940201**Portaria nº 137/2016 - CGP/SUSIPE**

Belém, 14 de

março de 2016.

GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS, Corregedor-Geral Penitenciário do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei nº 5.810/1994 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará (RJU).

RESOLVE:

I - Determinar a instauração de **Sindicância Administrativa Disciplinar**, objetivando apurar responsabilidade administrativa e funcional da servidora **CECÍLIA NAZARÉ FARIAS RIBEIRO**, referente supostas irregularidades no fornecimento de alimentação ao Centro de Recuperação Agrícola "Mariano Antunes" - CRAMA. Ressalta-se que a servidora incorreu, em tese, no ilícito administrativo descrito no art.177, inciso VI, art. 178, inciso XVII, c/c art. 189, todos da Lei nº. 5.810/1994 - RJU.

II - Constituir Comissão composta pelos servidores **IDEMAR CORDEIRO PERACCHI**, Procurador Autárquico, Presidente, **ANDRE EPIFANIO MARTINS**, Procurador Autárquico, Membro, e **NATANAEL FURTADO DE ARAÚJO**, Consultor Jurídico, Membro.

III - Deliberar que os membros da Comissão tenham dedicação exclusiva podendo se reportar diretamente aos Núcleos e Departamentos deste órgão e aos demais órgãos da Administração Pública, para as diligências necessárias à instrução do feito.

IV - Determinar à referida Comissão que obedeça ao estatuído no artigo 208, da Lei nº 5.810/1994-RJU, assim como, deverá a mesma apresentar Relatório Conclusivo ao final da apuração.

Dê-se ciência, Publique-se e Cumpra-se.

GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS

Corregedor-Geral Penitenciário do Estado

Protocolo 940202**Portaria nº 138/2016 - CGP/SUSIPE**

Belém, 14 de

março de 2016.

GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS, Corregedor-Geral Penitenciário do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei nº 5.810/1994 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará (RJU).

RESOLVE:

I - Determinar a instauração de **Sindicância Administrativa Disciplinar**, objetivando apurar responsabilidade administrativa e funcional do servidor **WASHINGTON LUIS COSTA DOS SANTOS**, referente à tentativa de fuga e rebelião ocorridas no dia 12/11/2015, no Centro de Recuperação Penitenciário do Pará II - CRPP II. Ressalta-se que o servidor incorreu, em tese, no ilícito administrativo descrito no art.177, incisos VI, c/c art. 189, todos da Lei nº. 5.810/1994 - RJU.

II - Constituir Comissão composta pelos servidores **ANDRE EPIFANIO MARTINS**, Procurador Autárquico, Presidente, **IDEMAR CORDEIRO PERACCHI**, Procurador Autárquico, Membro, e **NATANAEL FURTADO DE ARAÚJO**, Consultor Jurídico, Membro.

III - Deliberar que os membros da Comissão tenham dedicação exclusiva podendo se reportar diretamente aos Núcleos e Departamentos deste órgão e aos demais órgãos da Administração Pública, para as diligências necessárias à instrução do feito.

IV - Determinar à referida Comissão que obedeça ao estatuído no artigo 201, parágrafo único, da Lei nº 5.810/1994-RJU, assim como, deverá a mesma apresentar Relatório Conclusivo ao final da apuração.

Dê-se ciência, Publique-se e Cumpra-se.

GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS

Corregedor-Geral Penitenciário do Estado

Protocolo 940215**Portaria nº 139/2016 - CGP/SUSIPE**

Belém, 14

de março de 2016.

GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS, Corregedor-Geral Penitenciário do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei nº 5.810/1994 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará (RJU).

RESOLVE:

I - Determinar a instauração de **Sindicância Administrativa Disciplinar**, objetivando apurar responsabilidade administrativa e funcional do servidor **PAULO SÉRGIO QUEIROZ**, referente à fuga de 17 (dezesete) presos, ocorrida no dia 03/11/2015, na Central de Triagem Metropolitana IV - CTM IV. Ressalta-se que o servidor incorreu, em tese, no ilícito administrativo descrito no art.177, incisos IV, V e VI, c/c art. 189, todos da Lei nº. 5.810/1994 - RJU.

II - Constituir Comissão composta pelos servidores **JAYMERSON CARLOS PEREIRA MARQUES**, Procurador Autárquico, Presidente, **ANDRE EPIFANIO MARTINS**, Procurador Autárquico, Membro, e **IDEMAR CORDEIRO PERACCHI**, Procurador Autárquico, Membro.

III - Deliberar que os membros da Comissão tenham dedicação exclusiva podendo se reportar diretamente aos Núcleos e Departamentos deste órgão e aos demais órgãos da Administração Pública, para as diligências necessárias à instrução do feito.

IV - Determinar à referida Comissão que obedeça ao estatuído no artigo 201, parágrafo único, da Lei nº 5.810/1994-RJU, assim como, deverá a mesma apresentar Relatório Conclusivo ao final da apuração.

Dê-se ciência, Publique-se e Cumpra-se.

GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS

Corregedor-Geral Penitenciário do Estado

Protocolo 940219**Portaria nº 140/2016 - CGP/SUSIPE**

Belém, 14

de março de 2016.

GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS, Corregedor-Geral Penitenciário do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante sindicância ou processo